

HERANÇAS E APRENDIZAGENS NA TRANSMISSÃO DA ORDEM POLÍTICA BRASILEIRA (1945-2002)*

Letícia Bicalho Canêdo

Resumo: O espaço de poder no Brasil está sendo cada vez mais ocupado por indivíduos com investimento acadêmico em escolas de prestígio no exterior e que construíram suas carreiras em mercados internacionais de conhecimentos técnicos. Para compreender os efeitos desse fenômeno na competição democrática, este trabalho explora dados biográficos de trinta e quatro políticos brasileiros em posições representativas nas instituições centrais do Estado (Parlamento, Executivo) em dois períodos de reestruturação do espaço político brasileiro (1945/64 e 1984/02). Analisa os recursos sociais e o tipo de conhecimento escolar utilizados por eles, avaliando-os a partir das chances desiguais que lhes foram oferecidas para permanecer e atuar no campo instável da política.

Palavras-chave: transmissão de poder; profissão política; recrutamento político, herança na política, aprendizagem da política

INTRODUÇÃO

A ocupação de posições dominantes na esfera política brasileira vem sendo descrita pelos estudiosos como uma progressiva substituição de antigos bacharéis, com seus conhecimentos de direito constitucional, por indivíduos que combinam conhecimento técnico sofisticado com sensibilidade política. Fernando Henrique Cardoso é sempre o modelo citado. Economistas eleitos por voto popular para o Parlamento, como José Serra, Delfim Neto, Eduardo Suplicy, entre outros, são exemplos paradigmáticos fornecidos para mostrar o afastamento dos especialistas em direito das posições representativas nas instituições centrais no Estado (parlamento, executivo). A base da descrição dessa história política situa-se na reestruturação do espaço político que se seguiu ao período de domínio dos militares e na emergência de uma nova ordem econômica mundial, com as implicações daí decorrentes em

* Este artigo resulta de uma exposição feita no XXVI Encontro Anual da ANPOCS, em 2002. Devo agradecimentos a Joana Canêdo e a Afrânio Garcia não só pela competente leitura e discussão da primeira versão deste texto, como também pela disponibilidade e amizade demonstradas. A pesquisa foi financiada pelo CNPq.

termos de desemprego e intensificação das crises financeiras. Tais fatos teriam contribuído para o aparecimento de novos atores políticos cujas propriedades sócio-profissionais, assim como os procedimentos pelos quais são recrutados, divergiriam das que caracterizaram os representantes dos partidos dominantes nos anos anteriores a 1964.

Dentro desse raciocínio, pesquisadores que estudam o fenômeno incluem os titulares de posições político-administrativas, como Pedro Malan, no grupo de políticos modernos. Alegam que “o limite entre o que é a tarefa do burocrata e o que cabe ao político vem-se tornando cada vez mais tênue e, em alguns casos, há um total 'embaralhamento' destas duas funções” (LOUREIRO; ABRUCIO, 1999, p. 69). Isto porque esses burocratas, portadores da competência técnica necessária para administrar a economia, orientam programas de ação comprometidos com a governabilidade, a qual é gerada nas relações negociadas entre o executivo e o legislativo. Mesmo agindo com conhecimento técnico sofisticado adquirido em escolas de alto-padrão, muitas vezes pertencentes ao circuito internacional, suas ações e discursos estariam cada vez mais norteados pelos sinais emitidos por políticos locais. No Parlamento, a atuação dos políticos profissionais estaria cada vez mais baseada no discurso técnico, o que o crescimento do número de deputados federais eleitos com diploma de economista ajuda a confirmar (RODRIGUES, 2002, p. 103).

Para a maior parte dos autores, a ponte entre os interesses representados pelos políticos e as decisões burocráticas provenientes desse conjunto tecnocráticos resulta do envolvimento do Estado brasileiro com a abertura das economias, as privatizações, a implantação do consenso de Washington e a conseqüente necessidade de uma atuação mais eficiente tanto por parte do poder executivo quanto do legislativo. Diante desse imperativo, “as elites partidárias”, que influenciam a indicação dos candidatos e o voto dos eleitores, encaminham a preferência dos cidadãos para políticos com conhecimento técnico especializado para atuar nos vários programas de “ajuste estrutural”.

Esses argumentos vêm alimentando a idéia do político profissional como objeto de opróbrio, com argumentos estigmatizados, como se vê nas denúncias dirigidas, de maneira generalizante, aos que vivem para e da política no Parlamento eleito. Contribuem também para aumentar a suspeita dos eleitores de que os políticos eleitos obedecem a interesses ligados a um mundo à parte e não aos interesses dos votantes.

Os analistas não examinam, no entanto, quem foram os políticos bacharéis e nem quem são os indivíduos que os teriam substituído nos postos chave da competição democrática, da mesma forma como não se perguntam sobre as maneiras pelas quais eles chegaram a alcançar a preferência nesse espaço político competitivo, desacreditando os antigos especialistas em lei e o tipo de conhecimento que os produziu (DEZALAY; GARTH, 2000).

Neste artigo, procuro compreender quem são os indivíduos que estão agora ocupando o espaço de poder político no Brasil, o conhecimento que os produziu

(ciências jurídicas e sociais, economia e administração, etc.) os procedimentos de recrutamento e as chances oferecidas aos pretendentes. Foram selecionados para estudo dois conjuntos biográficos comparáveis de políticos eleitos, com carreira de sucesso, nos dois colégios de mais alto percentual de eleitores no Brasil e com o maior número de assentos no Congresso Nacional: São Paulo e Minas Gerais¹. Também, visando a uma comparação, analisei a biografia de quatro técnicos-políticos que participaram dos planos Cruzado e Real e assessoraram a presidência da República, cotejando-a com a dos eleitos.

O trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a problemática da transmissão do poder no Brasil e da profissionalização do pessoal político². A idéia que embasou a construção da pesquisa foi a de que a comparação desses dois conjuntos de biografias, em dois espaços de tempo político (1945/1964 e 1984/2002), acrescida do grupo tecnocrático, pudesse ser passível de funcionar como apoio para o estudo dos processos de legitimação do pessoal político, dos usos políticos das competências profissionais e do acesso às fontes de controle dos cargos públicos.

A PESQUISA

Os dois períodos foram escolhidos para o estudo por se apresentarem como períodos de reestruturação, tendo sucedido a regimes autoritários, o que significou uma intensidade e uma maior visibilidade sobre o trabalho dos políticos.

O final dos anos 40 vivenciou o momento em que a transformação brutal do sufrágio – tornado obrigatório para os alfabetizados³ – e a criação de partidos políticos nacionais intensificaram as relações entre o eleitor (obrigado a votar) e o candidato (que tem necessidade do voto). E entre os próprios candidatos. A tendência foi no sentido de uma profissionalização do *métier* político, em especial porque, com a implantação dos partidos sobre o conjunto do território nacional e a necessidade de eles apresentarem o maior número de candidatos em todas as eleições – na mira de um crescimento de sua audiência –, aumentou a concorrência entre os políticos, tornando a competição muito difícil para os empreendimentos individuais. Nesse período de aprendizado democrático, os políticos-bacharéis, en-

¹ SP tem 24 milhões de eleitores e MG 12 milhões. São oitenta e quatro deputados federais por São Paulo e sessenta e três por MG.

² Cf. Canêdo (1991, 1994, 1995, 1997, 1998, 2000, 2001, 2002). Artigos resultantes de pesquisas que foram e estão sendo financiadas pelo CNPq e a Fapesp.

³ Antes de 1930, 3,5% da população brasileira votava, isto é, 1,2 milhões de votantes (Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912). Em 1932 foi instituído o voto feminino e a Constituição de 1934 reduziu a idade de votar para dezoito anos, mas o percentual de eleitores inscritos por habitante nas eleições de 1934 diminuiu em relação à República Velha (Anuário Estatístico do Brasil 1936). Em 1945, com o voto tornado obrigatório, 15% da população compareceram às urnas para as eleições presidenciais, quase 7,5 milhões de votantes (TSE, Dados estatísticos, 2, 1952). Nas eleições nacionais de 1960, o número de votantes foi de 15.543.332, isto é, 22% da população brasileira, segundo o TSE (Dados estatísticos, 5, 1963).

voltos em arcabouços jurídicos, ligados às mais prestigiosas faculdades de Direito, promoveram a estabilidade do regime, facilitaram as reformas sociais e protegeram o que se conhece com o nome de *establishment*. A data de 1964 é a do golpe de Estado que marcou a supressão dos partidos políticos existentes e cancelou as eleições para cargos de governador de estado e presidente da república.

Os anos que se sucederam aos governos militares (1984-2002) assistiram a uma considerável ampliação de eleitores com a inclusão do voto do analfabeto⁴. Entretanto, o período se caracterizou pela crise de representação: corrupção, negociatas, nepotismo etc. E o espaço do poder passou a ser, a cada eleição, ocupado pelos políticos “modernos” ou “técnicos”, que construíram sua carreira disputando o poder com as elites do Direito e os políticos tradicionais, trazendo agendas orientadas para a luta por valores ligados à abertura das economias e as privatizações, pertencentes ao que se nomeou Estado neoliberal.

Para a pesquisa, utilizei dicionários biográficos (ABREU; BELOCH, 2001; MONTEIRO, 1994) e entrevistas – não só as realizadas por mim, mas, e principalmente, as que vêm sendo publicadas pelo Centro de Documentação de História Oral do CPDOC e por outras instituições, como a Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

A escolha dos políticos foi feita a partir de um banco de dados biográficos, sendo os da amostra os de maior visibilidade nacional e com tempo de atuação política longo e de sucesso. Esse critério de escolha se baseou no fato de que as funções políticas se tornaram uma profissão de tipo particular: tem regras imprecisas, seus protagonistas não as registram como sua profissão e implica uma especialização e profissionalização múltiplas⁵. A maior parte dos políticos exerceu, ou mesmo ainda exerce, outras atividades. Sendo assim, nem todos podem ser considerados profissionais, no sentido de consagrar tempo completo a suas responsabilidades de homens públicos (viver para e da política no sentido weberiano). A profissionalização desenvolve-se, entretanto, na medida do crescimento das posições ocupadas na hierarquia dos cargos. Como argumenta Gaxie (1993, p. 88), “nem todos os políticos são profissionais, mas os principais são”, pois a atividade política no nível elevado supõe uma total disponibilidade psicológica e econômica. Mesmo assim, há importantes políticos ausentes nos quadros que se seguem. O fato deve-se a que não acrescentariam elementos novos à demonstração pretendida.

A seguir estão quadros que sintetizam a trajetória dos trinta e quatro políticos selecionados para análise.

⁴ Nas eleições presidenciais de 1989 49% da população votaram, isto é, 72 milhões de cidadãos. Inscreveram-se 82 milhões, cerca de 56% da população.

⁵ Os estudos clássicos da sociologia identificam na profissão “a existência de um saber teórico que fundamenta uma competência particular, o desenvolvimento de um ensino e de uma formação especializada, a avaliação da competência dos membros da profissão por meio de exames formais, o desenvolvimento de uma organização profissional, a emergência de um código profissional, a oferta de um serviço altruísta” (PAICHELER, 1992, p. 42-55).

Quadro 1
Políticos mineiros em atividade no período de 1945-1964 (seleção)

Nasc.	Nome	Local de nascimento	Origem familiar	Estudos secundários	Estudos superiores	Estudos posteriores	Partidos
1891	Bias Fortes	Barbacena	Pai: presidente do estado de Minas Gerais (1894-98) – família de grandes proprietários de terra	Colégio Gonçalves ¹ Barbacena	Escola Livre de Direito Belo Horizonte – 1912 (Droit)	X	PSD
1892	Benedito Valadares	Pará de Minas	Família de políticos do Partido Conservador do Império e líder do PRM mineiro	Dom Viçoso ¹ Belo Horizonte	Escola Livre de Odontologia e Farmácia Minas Gerais (Pharmacie) Faculdade de Direito Rio de Janeiro – 1920 (Droit)	X	PSD
1894	Carlos Luz	Três Corações	Família de juristas e de políticos locais Laço familiar por casamento com Milton Campos	Colégio Americano ¹ Lavras	Escola Livre de Direito Belo Horizonte – 1915 (Droit)	X	PSD
1896	Israel Pinheiro	Caeté	Pai: presidente do Estado de Minas Gerais (1906-10) – família de industriais da cerâmica e republicanos históricos	Colégio Anchieta ¹ Belo Horizonte (capital)	Escola de Minas Ouro Preto – 1919 (Ingénierie)	Spéciales en sidérurgie en A l'emagne et Angleterre	PSD
1898	Ovídio de Abreu	Pará de Minas	Família de proprietários de terra	Instituto Lafayette, Rio de Janeiro, DF	Universidade Federal de Minas Gerais – 1961 (Économie) Fez carreira no Banco do Brasil	X	PSD
1900	Milton Campos	Ponte Nova	Tio e tio-avô deputados federais Tio: chefe de política no Governo Valadares.	Colégio Arnaldo ¹ Belo Horizonte (capital)	Escola Livre de Direito Belo Horizonte – 1924 (Droit)	X	UDN
1900	Gustavo Capanema	Pitangui	Políticos do Império – partido Liberal O avô era o barão de Capanema	Colégio Arnaldo ¹ Belo Horizonte (capital)	Escola Livre de Direito Belo Horizonte – 1924 (Droit)	X	PSD
1901	Gabriel Passos	Itapeçerica	Famílias tradicionais de proprietários de terra, os Resende e os Passos Laço familiar por casamento com JK e outros políticos	Colégio Arnaldo ¹ Belo Horizonte (capital)	Escola Livre de Direito Belo Horizonte – 1924 (Droit)	X	UDN
1901	José Maria Alkimin	Bocaiuva	Descendente de imigrantes de origem árabe. Pai: proprietário de terra decadente. Casado com uma prima de JK	Seminário de Diamantina ¹	Escola Livre de Direito Belo Horizonte – 1929 (Droit)	X	PSD
1902	Juscelino Kubitschek	Diamantina	Tio avô: senador por Minas Gerais e vice-presidente do Estado durante o governo de Bias Fortes (1894-98)	Seminário de Diamantina ¹	Faculdade de Medicina Belo Horizonte – 1929 (Médecine)	Hôpital Cochin Paris (stage)	PSD
1910	Tancredo Neves	São João Del Rei	Tradição na política local Tio avô: deputado à Assembléia Geral do Império – Partido Conservador	Santo Antônio ¹ São João Del Rei	Escola Livre de Direito Belo Horizonte – 1932 (Droit)	X	PSD

1 – École privée

2 – École privée

Quadro 2
Políticos paulistas em atividade no período de 1945-1964 (seleção)

Nasc.	Nome	Lugar de nascimento	Origem familiar	Estudos secundários	Estudos superiores	Estudos posteriores	Partidos
1900	Horácio Láfer	São Paulo (capital)	Família de imigrantes judeus – grandes proprietários industriais (papel e celulose)	São Bento ¹ São Paulo (capital)	Faculdade de Direito São Paulo – 1920 (droit)	Universit ² de Berlin (economia e finanças) Universit ² de Berlin (philosophie)	PSD
1901	Ademar de Barros	Piracicaba	Família de grandes proprietários de terra. Laços familiares, por casamento, com juristas	Ginásio Anglo-Brasileiro ¹ São Paulo (capital)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – 1923	Universit ² Populaire de Berlin (medicina)	PSP
1908	Pedroso Horta	São Paulo (capital)	Ligação com militância oposicionistas ligada a empresa jornalística	São Bento ¹ São Paulo (capital)	Faculdade de Direito São Paulo – 1929 (droit)	X	PSP – PTN
1910	Hugo Borghi	Campinas	Família de imigrantes italianos, grandes comerciantes de importação e representação de produtos italianos.	Salésiano ¹ Campinas	Instituto Bocconi Milão (economia)	Instituto Bocconi Milão (economia política)	PTB – PTN
1910	João Batista Ramos	Queiluz	Família de comerciantes – irmão- proprietário da Rádio Excelsior	Colégio Rio Branco ¹ São Paulo (capital)	Faculdade de Direito São Paulo – 1935 (droit)	X	PTB
1910	Carvalho Pinto	São Paulo (capital)	Tio avô – presidente da República (1902-06) Avô – senador por São Paulo Pai – deputado estadual - São Paulo	Ginásio do Estado ¹ São Paulo (capital)	Faculdade de Direito São Paulo – 1931 (droit)	X	PTN
1911	Herbert Levy	São Paulo (capital)	Imigrantes de Malta Pai- vice-consul inglês em São Paulo. Laços familiares, por casamento, com a militância oposicionista que girava em torno de juristas e empresa jornalística. Grandes proprietários de terra e de empresas industriais	Escola Normal Caetano de Campos ² São Paulo (capital)	Escola Livre de Sociologia e Política São Paulo – 1937	X	PD – UDN
1915	Auro Moura Andrade	Barretos		Escola Normal Caetano de Campos ² São Paulo (capital)	Faculdade de Direito São Paulo – 1938 (droit)	X	UDN – PDC – PSD – PTB – PTN
1916	Franco Montoro	São Paulo (capital)	Família de imigrantes italianos e espanhóis. Pai – proprietário de uma gráfica	Colégio São Bento	Faculdade de Direito São Paulo – 1938 (droit) Faculdade de Filosofia São Bento 1933	X	PDC
1916	Ulisses Guimarães	Rio Claro	Família de funcionários – pai coletor federal	Escola Normal ¹ Rio Claro	Faculdade de Direito São Paulo – 1940 (droit)	X	PSD
1917	Jânio Quadros	Campo Grande (MS)	Pai- médico e deputado no Paraná	Colégio Arquediocesano ¹ São Paulo (capital)	Faculdade de Direito São Paulo – 1939 (droit)	X	PDC – PTN – UDN et autres

1 – école privée

2 – école publique

Quadro 3
Políticos em atividade no período de 1984-2001: Família e Escola

Nome do parlamentar	Nascimento		Dados Pessoais		Família	Carreira Escolar	
	Ano	Cidade	Região de base eleitoral	Escola secundária		Escola superior	Estudos posteriores
Minas Gerais							
Aécio Neves	1960	Belo Horizonte	São João Del Rei (Campo das Vertentes)	3ª geração de políticos: Bisavô, avô, tio-avô, pai, primo.	Colégio São Vicente Rio de Janeiro	Economia: PUC-MG	
José Bonifácio	1930	Barbacena	Barbacena (Campo das Vertentes)	5ª geração de políticos: Tataravô, bisavô, tio-avô, pai, primos e filhos.	Colégio São Vicente Petrópolis	Direito: UFMG e PUC-MG	Pós UFMG.
Eduardo Azeredo	1948	Belo Horizonte	Sete Lagoas (Centro)	3ª geração de políticos: Pai deputado em várias legislaturas e chefe de gabinete de JK - Avô - senador	Colégio Estadual Central BH	Engenharia: PUC-MG	
Roberto Brant	1942	Belo Horizonte	Diamantina (Jequitinhonha)	Uma das famílias mais tradicionais de MG. Felsberto Caldeira Brant negociou a dívida com a Inglaterra no momento da independência do Brasil	Colégio Arnaldo Bh	Direito: UFMG	
Pimenta da Veiga	1947	Belo Horizonte	Lavras Nepomuceno	5ª geração de políticos: Pai deputado federal, foi chefe de gabinete do BIAS Fortes. Casado com filha de W. Frade (colunista social).	Colégio estadual Central (?)	Direito: UFRJ	
Itamar Franco	1931	Juiz de Fora	Juiz de Fora (Matia)	1ª geração de políticos: Esposa filha de proprietários de empresa de curtume.	Instituto Grambery Juiz de Fora	Engenharia: Juiz de Fora Adm. de empresas: FGV	
Helio Garcia	1931	Sto. Antonio do Amparo	Sto. Antonio (sul)	Grandes proprietários de terra. Avô: fundador do Banco de MG e signatário do Manifesto dos Mineiros	Colégio Sto. Agostinho Belo Horizonte	Direito: UFMG	
São Paulo							
Delfim Netto	1928	São Paulo	São Paulo	- Imigrantes italianos. - Pequenos comerciantes	Escola Técnica Comércio São Paulo.	Economia: USP	Pós-doutorado em Economia: USP
Eduardo Suplicy		São Paulo	São Paulo	- Imigrantes Italianos - Grandes Empresários da indústria.	Colégio São Luis São Paulo	Administração: FGV-SP	Pós-doutorado em Economia: Michigan
Luis Inácio Lula da Silva	1945	Garanhuns	São Paulo	Migrante nordestino			
Fernando Henrique	1931	Rio Janeiro	São Paulo	4ª geração de políticos: Bisavô (deputado Partido Conservador do Império) avô, tio-avô (ministro de Getúlio), pai (deputado), primo etc.	Colégio São Paulo São Paulo	Sociologia: USP	Pós-doutorado em Sociologia: USP
José Serra	1942	São Paulo	São Paulo	Imigrantes italianos	Colégio Dom Bosco São Paulo	Engenharia: USP 1960-64	Pós-doutorado em Economia: Cornell (1974/76)
Salim Maluf	1931	São Paulo	São Paulo	Pequenos comerciantes	Colégio São Luis São Paulo	Engenharia: USP (1950-54)	
Mario Covas	1930	Santos	São Paulo	Imigrantes espanhóis Empresário do comércio do café	Escola Técnica Bandeirantes, São Paulo	Engenharia: USP (1951-55)	

Quadro 4
Políticos mineiros - cargos ocupados

Nome	Precocidade política	Carreira no legislativo					Carreira no executivo				
		Vereador	Deputado estadual	Deputado federal	Senador	Prefeito	Secretário de estado	Governador	Ministro de estado	Presidente da República	
Bias Fortes	Particip. Revol. de 32 do lado governista - vereador à Barbacena	1915-14	1914-25	1925-37 1945-50			1926	1956-61	1950		
Benedito Valadares	Partic. Revol. De 1932 do lado governista - vereador à Para de Minas	1922-30	1933 (const.)	1946 (const.) 1946-54	1955-70	1930		Interv.(1933) Gov. 1935-1945-55		1955	
Carlos Luz	Func. Secret. Interior - Jornalista interior	1923		1935-37 1945-60			1932 1934		1945 1947-50		
Israel Pinheiro	Participação - Congresso das municipalidades Mineiras (1923) - Presidente do Conselho consultivo MG (1930)	1922-24		1946 (const.) 1946-56		1960-61 DF	1934- 1945	1966-71			
Ovídio de Abreu	Chefe de gabinete de Valadares			1946 (const.) 1947-50 1950-64					1948		
Milton Campos	- jornalista, diretor da sucursal d'O Jornal		1934 (const.)	1945 (const.)	1959-64 1966-72			1947-50	1964		
Gustavo Capanema	- Oficial de gabinete do primo, O. Maciel, gov. de Minas.	1927		1945 (const.) 1946-50 1950-1970	1970			Interventor 1933	1934-45		
Gabriel Passos	Redator d'O Estado de Minas - Chefe gabinete S. Justiça		1934 (const)	1946(const) 1954			1930 1935-36		1961-2		
José Maria Alkimin	-reporter do Minas Gerais - escrit.-Adv. junto c/Milton Campor - fiscal do Banco de Crédito do Estado		1934 (const.) 1945 (const.) 1945 (const.)	1935 1955 1953-64 1975	X		1936 1951-55 1967-70	1956	Vice- 1964		
Juscelino Kubitschek	- chefe de gabinete de Valadares (1934)			1934(const.) 1935-37 1945 (const.) 1946-50		1940-45		1950-55	1961-64	1955- 1960	
Tancredo Neves	- vereador à São João del Rey - Orador oficial em congresso de apoio à Valadares, em BH	1935	1947-50	1950-54 1963-78	1978-82	X	1958	1983-84	1953	Premiero Ministro (1964) Presidente eleito (1985)	

Quadro 5
Políticos de São Paulo - cargos ocupados

Nome	Precocidade política	Carreira no legislativo					Carreira no executivo				
		Vereador	Deputado estadual	Deputado federal	Senador	Prefeito	Secretário de Estado	Governador	Ministro de Estado	Presidente da República	
Ademar de Barros	Revolução de 1932		1935 -					Interv. 1932-41 Govern. 1947-51 Govern. 1963-65			
Pedroso Horta	Jornalista, rev. 1932 e. proprietário de um escritório de advocacia (1932-57)		1967-1971					1961			
Hugo Borghi	Revolução de 1932 Proprietário de rádios movimento "queremista" agência de publicidade rádio		1946 (constituente) 1947/50) 1947/50	1958/1964				1948			
João Batista									1960		
Carvalho Pinto	Advogado da prefeitura da cidade de São Paulo Participação no movimento integralista				1967/1975			1953	1963		
Herbert Levy	jornalista Revolução de 1932		1934 (constituente)	1947/1987							
Auro Moura Andrade	Revolução de 1932 Advocacia		1947 (constit) 1947/50	1950/1954	1955/77 7 vezes presidente do					Primeiro Ministro 1962	
Franco Montoro	Movimento estudantil católico (fundador da JUC no Brasil) funcionário da Secretaria de Serviço Social	1950/52	1954 (presidente Assembléia	1959/61 1962/71 1955/99	1971/83			1961/62			
Ulisses Guimarães	Movimento estudantil Diretor do Santos Futebol Clube e da Federação Paulista de Futebol		1946 constituente (1947/50))	1950/1992 presidente Assembl. Const. 1988						Presidente interino 19 vezes	
Jânio Quadros	Escola secundária Movimento estudantil	1948/50	1950/53					1954/58		1960	
Horacio Lafer	Sindicato patronal - indústria		1934 Constit.	1935-37 1946 (const.)- 51:1954/59 1961-63					1951-53 1950-61		

Quadro 6
Políticos em atividade no período de 1984-2001: CARREIRA PARTIDÁRIA E NO LEGISLATIVO

Nome do parlamentar	Precocidade política	Carreira Partidária Partidos	Cargos mais altos	Carreira no Legislativo		
				Vereador	Deputado estadual	Deputado federal / Senador
Minas Gerais						
Aécio Neves	Oficial de gabinete no MJ Secretário de Tancredo Neves Presidente da ala jovem do PMDB	PMDB, PSDB	Presidente da Câmara Federal			1987 - 2003
José Bonifácio	Presidente da UEE-MG Presidente do departamento estudantil da UDN Acompanhou o pai Zezinho Bonifácio nos gabinetes da Câmara estadual e Federal Pai: secretário de Juscelino Kubstchek	UDN, ARENA, PDS, PPR, PTB, PPB	Líder da ARENA-MG Presidente da ARENA-MG	1954	1959-78	7 legislaturas 1979-2000 +
Eduardo Azeredo		PMDB, PSDB	Membro do diretório nacional PSDB			
Roberto Brant	Membro do Movimento Estudantil Católica	PP, PMDB, PTB, PL, PFL, PRN, PSDB	Líder do PL			4 mandatos 1987-2003 +
Pimenta da Veiga	Pai: chefe de gabinete de Bias Fortes	PMDB, PSDB	Líder do PMDB na Câmara Líder do PSDB na Câmara Presidente nacional do PSDB			1979-88 1999-03 +
Itamar Franco	Presidente de diretório acadêmico	MDB, PMDB, PL, PRN, PTB	Líder do PL no Senado	1954		1974-89 +
Helio Garcia	Secretário da Federação da Agricultura de MG	UDN, ARENA, PMDB, PRS, PTB	Líder do governo M. Pinto na Assembleia de MG Presidente do PRS		1962	1967-71 1979-83
São Paulo						
Delfim Netto	Presidente de centro acadêmico	PDS, PPR, PPB	Presidente nacional do PDS			4 legislaturas 1987-2003 +
Eduardo Suplicy	Presidente de centro acadêmico Jornalismo.	MDB, PMDB, PT		1987	1978	2 legsl., 1991-2001
Luís Inácio Lula da Silva	Dirigente sindical	PT	Presidente nacional do PT			1987-91 +
Fernando Henrique	Acompanhou o pai deputado na campanha. Petrolão é nosso	PMDB, PSDB	Presidente nacional do PMDB Líder do PMDB no Senado Líder do PSDB no Senado			1983-1992 2 legsl.
José Serra	Presidente da UNE	PMDB, PSDB	Líder do PSDB na Câmara			1987-95 + 1996
Salim Maluf	Vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo	ARENA, PDS, PPR, PPB	Presidente nacional do PPB			1983-87
Mário Covas	Militante do Partido Social Trabalhista, ligado a Jânio Quadros	PST, MDB, PMDB, PSDB	Líder do PST na Câmara Líder do MDB na Câmara Presidente de diretório do MDB			1963-69 1983 1987-94

Quadro 7
Políticos em atividade no período de 1984-2001: CARREIRA NO EXECUTIVO E OUTRAS ATIVIDADES

Nome do parlamentar	Carreira No Executivo					Outras Atividades Públicas		
	Prefeito	Secretário de Estado	Governador	Ministro	Presidente da República	Altos Cargos no funcionalismo (anterior ao cargo eletivo)	Associações	Experiência internacional
Minas Gerais								
Aécio Neves						Diretor da Loteria da Caixa Econômica Federal		Congresso Inter. da Juventude Congresso Inter. de Loterias
José Bonifácio		1991-95 1965-66 1975-78					Presidente da Fundação Milton Campos	Dirigiu Seminários na Sorbonne e em Bonn
Eduardo Azeredo	1990-92		1995-98			Presidente da Companhia de Processamento de Dados de MG Presidente da SERPRO do Governo Federal	Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Processamento de Dados	Secretário de Relações Internacionais do PSDB parentesco com a família Flexa de Lima (embaixadores)
Roberto Brant		1991-95		2001		Diretor da Caixa Econômica Federal Diretor do Crédito Real Presidente da Minas Caixa Presidente do BDMG	Presidente da Associação de Bancos dos Estados de MG e RJ	
Pimenta da Veiga	1989-90							
Itamar Franco	1967-71 1973-75		1999-02		1992-95		Presidente do Clube de Engenharia de Juiz de Fora	Embaixador em Portugal Embaixador na OEA
Helio Garcia	1983	1964-66	1984-87 1991-95			Presidente da Caixa Econômica Estadual	Secretário Geral da Federação da Agricultura	
São Paulo								
Delfin Netto		1966		1979-85 1967-74		CONSPLAN – Conselho consultivo de Planejamento (1965) (Governo Federal)		Embaixador na França Implementador da ALCA
Eduardo Suplicy								
Luís Inácio Lula da Silva								
Fernando Henrique					1995			Inúmeras
José Serra		1983		1993-94 1992-93 1995-96 1998-01				Inúmeras
Salim Maluf	1969-71 1993-96		1979-82			Presidente da Caixa Econômica Federal	Presidente da Associação Comercial	
Mário Covas	1983-85	1983	1995-01			Secretário municipal		

Quadro 8
Técnicos políticos que participaram dos planos cruzado e real (seleção)

NOME	Nasc. Local Ano	Laços familiares	Escolas e cursadas	Cargos públicos	Universidades onde trabalhou	Cargos no exterior	Partidos políticos
Edmar Bacha	Lambari, MG 1942	Avô: materno: dep. federal (1938-45); pai: materno: dep. estadual e diretor do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado MG	Ciências econômicas: UFMG (1963) Mestrado: Yale (1965) Doutorado: Yale (1968)	IPEA (1979) Membro da comissão nacional para reformulação da educação superior brasileira (1985) Pres. do IBGE (1986) Assessor Ministério da Fazenda Equipe do Plano Cruzado Equipe do Plano Real	FGV-Rio (1970-71) UnB (1973-75) PUC-Rio (1981), onde organizou com Francisco Lopes o famoso curso de Pós-graduação em Economia UFRJ (1993)	Consultor do Grupo dos 24 para assuntos monetários internacionais: Washington (1979-92) Co-diretor do Seminário Interamericano de Economia Conselho da Câmara do Comércio Americana Consultor do World Institute for Development Economics Research, Genebrê, Creditanstalt	PSDB: membro do diretório nacional (1989-1992)
Francisco Lopes	Local 1942	Primo: Simão Lopes, diretor do DASP (1938-45), com a temporária missão de formular o orçamento federal. Foi também um dos criadores e primeiro presidente da FGV. Pai: Lucas Lopes, participou da construção da CIA Vale do Rio Doce e da sessão mineira da Comissão de Mobilização Econômica do gov. Vargas. Foi duas vezes ministro da Viação (1954,56); ministro da Fazenda (1958-59); presidente do BNDES (1956-59) durante o Governo JK. Coordenador do Programa de Estabilização Monetária deste mesmo Governo. Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento, Presid. das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG.	Economia: UFRJ (1967) Mestrado: Harvard (1970) Doutorado: Harvard (1972)	IPEA (1979) Secretário do Planejamento da Presidência da República (1986) Assessor Ministério da Fazenda (1987) Diretor do BC (1995-98) Presidente do Banco Central (1999) Equipe do Plano Cruzado Equipe Plano Real	UnB (1973-74) FGV-RJ (1974-77) PUC-RJ (1977-87), onde organizou com Bacha o famoso curso de Pós-graduação em Economia		
André Lara Resende	Rio de Janeiro, RJ 1951	Laxos com a família Kubitschek Pai: escritor conhecido e diretor da Rede Globo de TV Avô: Israel Pinheiro. (Ver quadro 1) Bisavô: João Pinheiro empresário, republicano histórico e presidente do estado de Minas. Citou o primeiro serviço de estatística do Estado (decreto nº 33 de 29/03/1890). É conhecido pelas modificações na cobrança de impostos de exportação, além da reorganização da diretoria da fazenda, e pela montagem da rede de escolas públicas primárias e técnicas profissionais Lôz: Demerval Fimienta, presidente da Cia do Vale do Rio Doce. (1946/51)	Economia PUC-Rio (ano) Doutorado: MIT 1979	Negociador da dívida externa (ano) Assessor do Presidente República (ano) Presidente do BNDES Equipe Plano Cruzado Equipe Plano Real	PUC-Rio		
Pérsio Faria Arida	São Paulo 1952		Economia USP Doutorado: MIT, 1979	Secretário da Coordenação Social da Presidência da República (1985/89) Diretor do Banco Central (1990) presidente BNDES (1992/94) presidente B Central (1995/96) Equipe Plano Cruzado Equipe Plano Real	PUC-Rio (1980/84)		Militante da VAR - Palmares (1970) PSDB

Quadro 9

Idade do primeiro cargo eletivo. Políticos em atividade 1984/2001

Nome Parlamentar	Idade	Cargo	Nível
Minas Gerais			
Aécio Neves	27	Deputado federal	Nacional
José Bonifácio	24	Vereador: Barbacena	Local
Eduardo Azeredo	40	Vice-prefeito: Belo Horizonte	Local
Roberto Brant	45	Deputado federal	Nacional
Pimenta da Veiga	31	Deputado estadual	Estadual
Itamar Franco	23	Vereador: Juiz de Fora	Local
Helio Garcia	31	Deputado estadual	Estadual
São Paulo			
Delfim Netto	59	Deputado federal	Nacional
Eduardo Suplicy	46	Vereador: São Paulo	Local
Lula	42	Deputado federal	Nacional
Fernando Henrique	52	Senador	Nacional
José Serra	45	Deputado federal	Nacional
Paulo Salim Maluf	52	Deputado federal	Nacional
Mario Covas	33	Deputado estadual	Estadual

TRANSMISSÃO DO PODER POLÍTICO E DEMOCRACIA

Uma leitura rápida dos quadros produzidos para a pesquisa induz a identificação de dois tipos de políticos. O que primeiro salta aos olhos é a cadeia dinástica que prende os mineiros no espaço público (que nomeio aqui “herdeiros”), contrastando com o grupo dos paulistas, que nos dois períodos analisados se apresenta como políticos de primeira geração familiar na política. Enquanto nomes portugueses de velhas famílias detentoras do poder político pesam no espaço político mineiro contemporâneo, no paulista, a maioria dos nomes estrangeiros indica a origem imigrante, ligada a negócios industriais ou comerciais, demonstrando renovação de geração política em São Paulo,⁶ desde 1945, com uma única presença de representação operária. Esta reprodução/renovação pode ser observada também no Quadro 8, no qual são apresentados os tecnocratas responsáveis pelos planos cruzado e real, apesar da pequena amostragem.

Num universo democrático, as competências simbólicas (notoriedade familiar, genealogia política, etc.) não deveriam ser condições suficientes para atingir os altos postos da República, em especial para aqueles que vão decidir quem e quais as competências legítimas no espaço competitivo dos postos públicos. A existência de uma cadeia dinástica nas posições dominantes da República afeta profundamente as regras admitidas numa sociedade democrática, pois contradiz o princípio de

⁶ Por renovação de geração não me refiro à idade de entrada, e sim a novos líderes porta-vozes das novas aspirações e esperanças políticas.

representação existente na alternância de poder, que se associa à idéia de eleição, ou de concurso público, ligado ao mérito, e introduz um elemento de permanência no lugar de livre acesso e esperança na transformação. Dentro deste raciocínio, a reprodução da liderança política mineira seria sintoma da negação da tese clássica da democracia. E a renovação dos porta-vozes das aspirações dos paulistas seria sintoma de progresso democrático.

Para a redação da pesquisa, estes critérios apriorísticos foram abandonados após uma análise mais cuidadosa dos quadros biográficos. No lugar da facilidade das fórmulas universais, preferi pensar as práticas políticas e sociais que contribuem para que um grupo de políticos com prestígio e poder, confundindo-se, em parte, com o jogo de relações estabelecidas no período do Império, sobreviva, com sucesso, à introdução do pluripartidarismo, ao aumento da concorrência eleitoral (com a entrada na política de candidatos de outras origens sociais) à liberdade de imprensa, à liberação das reuniões públicas e à ampliação dos espaços de ação no governo. Além do mais, esta sobrevivência obriga, também a uma reflexão mais profunda sobre a complexidade do processo de autonomia do político em relação ao social.

Pensar este processo e, ao mesmo tempo, o caráter operatório do viés social no universo político é importante, especialmente quando se observa, por exemplo, o quadro dos técnicos que participaram dos planos cruzado e real (Quadro 8).

Portadores de alta competência técnica para gerar estes planos, integrados numa rede de relações que se assentam em universidades americanas, ultrapassando as fronteiras regionais e nacionais, estes personagens deveriam ser a prova de um novo sistema meritocrático, afastado de qualquer tradição ou origem familiar.⁷ Entretanto, a observação do grupo familiar que socializou três destes tecnocratas, traz a dúvida sobre a total desvinculação deles com um conhecimento político produzido neste meio. Os pais e avós de Lopes e Rezende foram importantes figuras da tecnocracia política dos anos 40 e 50. O parentesco de Bacha indica ligações tanto com a área legislativa quanto com a financeira. Estes ancestrais iniciaram a carreira, da mesma forma que a maior parte dos herdeiros da época, como técnicos nas secretarias de Benedito Valadares, atestando o pertencimento a uma elite política que, como demonstrou Rebelo Horta (1956, p. 47-77), formava uma rede de 27 famílias controlando a política do Estado em escalões burocráticos.

Dessa maneira, se lemos o Quadro 8 no sentido dado por Bourdieu (1989, p. 84-90) para estratégias,⁸ os dados indicam duas coisas: 1) o senso prático das

⁷ Os poucos trabalhos que estudaram a relação entre política e burocracia no Brasil estabeleceram uma divisão entre o comportamento técnico do corpo burocrático – o padrão meritocrático – e a forma clientelista de atuação dos parlamentares. (GEDDES, 1994; GOUVEA, 1994)

⁸ Estratégia como produto do senso prático, como no sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire na infância participando das atividades sociais. O bom jogador faz a cada instante o que demanda e exige o jogo, o que supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar a situações variadas, nunca idênticas.

estratégias educativas de algumas famílias políticas que conseguiram, na socialização de seus herdeiros, interiorizar neles a capacidade de se adaptar a novos tempos, no caso o tempo da tecnocracia e, dessa forma, salvar o essencial do poder político que esta socialização visava garantir; 2) as afinidades eletivas, que aproximam os agentes dotados de *habitus* ou gostos semelhantes e são produtos de condições e condicionamentos sociais semelhantes. Não à-toa, foi um herdeiro político, Fernando Henrique Cardoso (Quadro 3), envolvido com a modernização do Estado brasileiro, que recrutou Edmar Bacha, Francisco Lopes e Lara Resende para gerir e negociar a implantação do “consenso de Washington” e as linhas consideradas legítimas para uma atuação política eficiente.

Assim, dentro do interesse em compreender quem são os indivíduos que ocupam o espaço de poder político no Brasil, a análise dos quadros biográficos produzidos para a pesquisa foi feita dentro do tema da reprodução/renovação da geração política, ou herdeiros políticos x novos pretendentes. Mas procurei pensá-los com base nos estilos diferentes de conexão política para acesso e ascensão aos postos nacionais, tendo em vista o fato de que a profissionalização no campo da política é coletiva, perigosa para iniciativas muito pessoais e as chances oferecidas aos pretendentes são muito diversas.

A hipótese que dirigi a redação desta pesquisa é a de há exigências para a prática política que não se encontram nas idéias universais sobre a democracia, nem escritas nas regras jurídicas, porque têm bases sociais fora do campo político. As bases sociais delimitam as margens de liberdade de ação para o exercício do que se convencionou chamar de “artes da política”.

HERANÇA NA POLÍTICA E FAMILIARIZAÇÃO COM O UNIVERSO DA COISA PÚBLICA

Cid Rebelo Horta (1956), no seu artigo muito citado pelos cientistas sociais, já havia chamado a atenção para “consciência de solidariedade” existente nos grupos familiares mineiros, concentrados em seus centros de origem, com resíduos de suas lutas do Império continuando a traçar a linha partidária e “permitindo aos parentes se descobrirem facilmente em cada eleição, para efeito do proselitismo eleitoral”. (p. 60-61)

A leitura dos Quadros 3 e 4 indicam que as conexões políticas e o lado ativo do conhecimento prático dos políticos de Minas Gerais ainda podem ser encontradas neste cenário oficioso da política, com suas redes de parentelas munidas de conhecimento do funcionamento dos trâmites parlamentares e dos altos cargos burocráticos. Este mesmo padrão descrito há 50 anos por Rebelo Horta (1956) pode, ainda, ser visto na região de base eleitoral dos políticos eleitos nas últimas eleições para deputado federal (TRE de Minas Gerais. Eleições 1988 e 2002, por município). Isto é, embora estes herdeiros contemporâneos tenham nascido e sido educados em escolas da capital, a ligação com o local de origem familiar é prática e simbolicamente mantida, vinculando as gerações uma às outras num jogo complexo de cadei-

as de influências. Com os vínculos que mantêm, aprendem rapidamente a se conhecer e a reconhecer seus próximos e antagonistas.

O lado ativo do conhecimento prático de muitos dos eleitos estudados pode perfeitamente ser observado em seus locais de origem, onde desde cedo participam de festas íntimas e cerimônias políticas, mantêm contato com a população local e com as suas preocupações, escutam a história do lugar e de seus personagens que se confundem, muitas vezes, com a história política oficial. O deputado Roberto Brant, por exemplo, que nasceu e iniciou sua carreira pública longe de Diamantina, procura vincular seu nome à cidade de seus ancestrais, onde nasceu seu pai, o Desembargador Moacir Pimenta Brant. Notícias de jornais o mostram nesta cidade em inaugurações, recebendo personagens ilustres, etc.

A análise dos itens “Família” e “Região de base eleitoral”, no caso, nos mostra que: 1) a prática política dos políticos mineiros continua a ser elaborada no interior de redes sociais e políticas, em especial no que se refere aos princípios classificatórios que sustentam as indicações partidárias e as campanhas eleitorais dos “herdeiros”;⁹ 2) continuam a ter sucesso as estratégias dos grupos políticos das zonas eleitorais mais antigas de Minas Gerais, que transformam em ilegítimas as candidaturas estranhas ao lugar; 3) o controle do acesso às fontes dos cargos públicos continua nas mãos dessas mesmas redes.

A análise da precocidade política, por sua vez, mostra a atividade pedagógica familiar dando sentido ao duplo jogo ao qual a família desses herdeiros políticos se empenha: o domínio da cultura histórica familiar e o da prática política.

No caso da prática política, com poucas exceções, os herdeiros a adquirem nos gabinetes de deputados e secretarias estaduais, ministérios e ante-salas do governo do estado e presidência da república, ou em cargos de confiança em agências estatais. Dentro desses locais aprendem a escutar e falar, a se informar da situação e das preocupações de cada um, a examinar minuciosamente as situações particulares, a ser ativo e eficaz, a fazer valer suas intervenções e realizações, a conduzir uma reunião – tomar a palavra no melhor momento, propor soluções inspiradas em programas de circunstâncias, exprimindo relativa originalidade – enfim, a se distinguir por suas competências e pelo saber “estar disponível” na “defesa de uma nobre causa pública”. Como assistentes, chefes de gabinete, ou assessores, criaram redes de dependentes na resolução de problemas difíceis para os leigos, e também ataram previamente os laços com os políticos mais experimentados, inicialmente como colaboradores, e mais tarde articulando as relações acumuladas nas coxias. Isto é, tiveram uma formação, ou instrução, dentro da tradição burocrática, e

⁹ Convém apresentar o trecho de uma entrevista realizada em 8/09/2002 com um deputado estadual da região da Zona da Mata, que mostra na prática o uso dos laços morais existentes nos acordos apresentados aos eleitores: “Reuni 30 prefeitos do interior no salão do meu prédio e chamei o Aécio [Neves] (...). Então me levantei e apresentei o Aécio como o nosso candidato, o candidato dos nossos companheiros e insisti na ligação de amizade do tio Pio e do tio Antonio com o Tancredo, avô dele, e que nós dois [Aécio e o entrevistado] também partilhávamos da mesma amizade. Foi um sucesso. Todos saíram comentando e aumentando o fato, o que me deixa mais tranquilo quanto a nossas duas candidaturas”.

alcançaram os altos postos da esfera política seguindo o caminho das Secretarias-chaves do Estado, como Finanças, Justiça e Interior, ou das demais agências de governo, antes de ingressar no teatro parlamentar.

Conseguiram ter acesso a essas posições graças aos laços pré-existentes, sempre começando como “menino de recado”, expressão empregada por um dos entrevistados mineiros, o que levou Hagopian (1986, p. 189-232) a defender em sua tese de doutorado que a mistura de raízes oligárquicas, do serviço público e, freqüentemente, de uma competência técnica entre os notáveis são aspectos da política mineira que ainda permanecem intactos.

Mas a detenção dos recursos mencionados pela *brazilianista* não é mecânica. Uma observação do vice-governador de Minas, durante o governo de Israel Pinheiro (filho de João Pinheiro, presidente do estado em 1906-08, e avô de Lara Resende), ilustra as marcas simbólicas dos ancestrais nas ações políticas como resultados de uma longa aprendizagem normativa. Observou que Israel, com a idade de 70 anos, “costumava dizer que não tomaria determinada posição, pois certamente seu pai não aprovaria”. (VAZ, 1996, p. 21)

Esta aprendizagem influi sobre a percepção que o herdeiro pode ter dele mesmo, capaz de sustentar um projeto pessoal de reprodução da atuação de seus ancestrais, como bem explica Fernando Henrique Cardoso, também herdeiro político (Quadro 3):

“Meu avô era muito próximo do Floriano [Peixoto], foi seu ajudante-de-ordem. Meu pai, quando menino, e o meu avô, moraram no Palácio do Itamaraty, onde Floriano vivia. Meu avô era então um jovem abolicionista republicano e bastante exaltado. Foi depois o único general – ele e o Hermes [da Fonseca] – que apoiaram a Revolução de 1922. Meu pai, também participou da revolução de 1922. Um tio meu, irmão do meu pai, também foi preso em 22. (...) Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, meu tio-avô, foi ministro de Getúlio. O filho de Augusto Inácio foi também ministro da Guerra e também do Getúlio, na década de 50 (...). Meu avô foi para o Rio Grande do Sul para lutar contra a Revolução Federalista. E ficou sob as ordens do pai de Getúlio, que era então um caudilho no Rio Grande. Estas histórias todas preencheram o meu imaginário, na infância (...) Estes personagens para mim, não eram de ficção. Eram pessoas. Eu fui dígitos, socializado, treinado, nesse ambiente de revisão permanente dos fatos políticos, e muitas vezes em oposição ao governo.” (TOLEDO, 1998, p. 340)

Comparando esses dados de treinamento para a carreira com a prática política dos não-herdeiros, fica evidente a desigualdade de acesso ao poder. Quando se observa o treinamento político dos paulistas, por exemplo, a presença de centros acadêmicos, empresas jornalísticas, sindicatos e associações no lugar das antesalas do governo é flagrante. Os políticos de primeira geração não tiveram a chance para utilizar os métodos de gestão e de governo entesourados pelas parentelas e a serem transmitido entre elas. Não herdaram, e, portanto não puderam assimilar, as receitas experimentadas ao longo do tempo de exercício de seus antepassados nas

funções públicas em nível nacional. Não puderam, também, aprendê-las, abstratamente, na escola, pois, nos anos 50, os cursos de administração e economia apenas se iniciavam como objeto de ensino teórico escolar e eram, geralmente, procurados por jovens de extração social mais baixa, como Delfim Neto, o primeiro a deles se aproveitar para o impulso em sua carreira (LOUREIRO, 1977, p. 38). A formação nos cursos de economia e administração teve um impacto positivo em termos políticos apenas para a geração que se seguiu à reforma educacional de 1968, quando tais cursos se expandiram e valorizaram.

É sem dúvida por isso que, no caso de São Paulo, onde está situada grande parte dos políticos de primeira geração, a coluna referente aos cargos públicos ocupados em agências estatais (Quadro 7) estaria totalmente em branco não fosse uma ligeira passagem de Delfim Neto pela CONSPLAN, em 1965, e a de Paulo Maluf por um ano na diretoria da Caixa Econômica. Leôncio Martins Rodrigues (2000), ao se referir às bancadas na Câmara dos Deputados (51ª legislatura), chama a atenção para o mesmo fato, isto é, de que há uma baixíssima proporção, entre os paulistas, de deputados que vieram do segmento do alto funcionalismo (1%), em contraposição aos 8% de Minas. Da mesma forma que nossa amostra exhibe três dos seis herdeiros mineiros como ex-diretores de bancos estatais, a de Leôncio registra 6% dos integrantes da bancada mineira como ex-diretores de bancos estatais. E nenhum paulista.

Mas há um outro percurso que os políticos iniciantes necessitam percorrer, que também a escola e a prática militante pouco podem ajudar. Trata-se do aprendizado longo, de alto a baixo, do funcionamento das Assembléias Legislativas e de seus regulamentos. Ora, as práticas dos procedimentos jurídicos nos trabalhos das comissões das assembléias – a chave da vida parlamentar – são extremamente complexas e exigem alto grau de sutileza para seu exercício. As condições de discussão para produção de um texto são acompanhadas de um considerável corpus de precedentes. Por esta razão, as comissões foram sempre utilizadas como recurso político pelos herdeiros mineiros.

Se a trajetória dos herdeiros pressupõe, além da existência prévia de recursos familiares, uma herança política a lhes permitir uma aprendizagem suave, previsível e lenta do ofício nas secretarias do governo e órgãos estatais, a dos políticos de primeira geração pode ser vista sendo desenvolvida muito mais no quadro de operação de militância e movimentos políticos de massa (dissidências paulistas das décadas de 1920 e 1930, organizações sindicais patronais ou de trabalhadores, movimentos estudantis ou populistas) ou de empreendimentos nos campos do direito (escritórios de advocacia) ou do jornalismo.

O resultado foi uma luta pela conquista de postos do poder muito mais evidente entre os políticos de primeira geração do que entre os herdeiros e cooptados das grandes famílias. Para estes, a garantia de aquisição dos postos é uma luta mais de manutenção do que de conquista, a qual se desenha na longa duração, de uma geração a outra. Para os políticos de primeira geração, sem ligação com as grandes famílias, como é o caso da maioria dos paulistas da amostragem, a luta é totalmente

marcada pela conquista e acumulação de um capital militante e/ou escolar para se conseguir alcançar os postos políticos eletivos. Esta conquista tem duração longa.

O fato pode ser visto no quadro 9, das idades do primeiro cargo eletivo. Ele mostra o recrutamento dos herdeiros para os postos eletivos na faixa média dos trinta anos e o ingresso mais tardio na carreira política dos novos pretendentes (faixa média dos quarenta e sete anos), a partir de uma situação profissional já estabelecida em outras áreas. É o que explica também o fato de os não-herdeiros terem sido eleitos pela primeira vez diretamente para cargos de nível nacional, ao contrário dos herdeiros, que começam, em geral, pelos cargos locais. Os dados também indicam a importância do investimento nos cursos de pós-graduação, que firmaram uma moderna e internacionalizada estrutura de formação acadêmica nos anos 60, para a legitimação dos políticos de primeira geração e a renovação de estratégias dos herdeiros no campo da tecnocracia (Quadro 8).

OS DIPLOMAS E O CONHECIMENTO QUE CONCORRE PARA A PRODUÇÃO DE UM POLÍTICO

Dos quatorze políticos em evidência no período 1984-2001, quatro possuem o diploma de Direito. Os quatro são herdeiros políticos. Contrasta com o período anterior em que a maioria (dezoito dos vinte e dois políticos da amostragem) cursou uma Faculdade de Direito.

Soa estranho a nova geração preferir a formação em Direito, pois essa formação sempre marcou os que tinham pretensões nesta carreira. O domínio da técnica jurídica é a pedra fundamental de um deputado, considerando que o trabalho parlamentar está orientado para um objetivo preciso: a fabricação da lei. Nas comissões, e também nas sessões plenárias, os deputados se exercitam emendando textos, retomando cada artigo, parágrafos, frases e palavras. E como já bem demonstrou Mattei Dogan (1999, p. 177-178), o sucesso de uma comissão parlamentar depende muito mais da energia despendida pelos políticos nos procedimentos jurídicos do que da justeza do que ali se advoga. O rigor jurídico foi o trunfo de muitos dos políticos da amostra nas comissões parlamentares dos anos 50, em especial nas duas encarregadas dos interesses mais fortes: a da constituição e justiça e a de finanças e orçamento.

Mas é também a aprendizagem, se não do talento oratório, mas pelo menos do hábito de falar em público, que sempre ajudou a explicar a procura pelo curso. Franco Montoro (2000), em suas memórias, não deixa dúvidas quanto à importância de tal formação:

Foi na São Francisco que aprendi a falar em público, instrumento indispensável de todo político interessado em explicar e convencer. Entrei para a Academia de Letras da Faculdade e, assim que ganhei algum desembaraço, deixei de lado os textos escritos, trazendo no máximo algumas notas que me serviam de guia nas exposições mais longas” (p. 42).

Pois é bom lembrar que a defesa no Parlamento não é diferente daquela do tribunal: trata-se de convencer. Trocas de opiniões, deliberação pública, fabricação da lei são inseparáveis da expressão dos interesses e da figuração para o público de uma relação de força. O debate parlamentar é uma batalha, face a face, no qual o texto se torna um pretexto à manifestação de antagonismo entre dois campos e propósito para demonstração das paixões políticas.

Se nos anos 1945-64, a maioria dos deputados da amostra saiu de uma escola de Direito, o período 1984-2000 assinala essa preferência sendo suplantada por outras carreiras mais técnicas.

Estando em jogo os programas de reforma econômica, advindas da nova ordem mundial e suas implicações decorrentes da expansão de desemprego e intensificação das crises financeiras, o que se observa entre os políticos do período 1984-2001 é a preferência pelos cursos de economia, administração e engenharia (quadro3). Há uma tendência, também de escolaridade mais longa. Dos novos pretendentes, três possuem doutorado em economia, sendo dois deles nos Estados Unidos. Entre os herdeiros houve também aumento do tempo escolar: Fernando Henrique tem pós-doutorado, em Sociologia, nos Estados Unidos e na França, e Bonifácio de Andrada, como herdeiro mineiro, fez doutorado na própria UFMG, naturalmente em Direito Público.

Mas a maioria dos herdeiros abandonou a escola após a graduação cursada em universidades locais. Isto se explica provavelmente pelo fato de que, para o herdeiro, herdado pela política, no sentido referido por Marx aos camponeses (a terra herda o herdeiro que a herda), fica difícil o afastamento do jogo político local para participar de cursos em circuitos internacionais. O princípio das conexões eleitorais, ligado nas complexas situações de pertencimento e cadeias de influências, é a garantia do herdeiro e sua sobrevivência a diversas eleições. Subir lentamente os degraus do poder implica a manutenção dos vínculos simbólicos com o patrimônio eleitoral herdado. Uma circulação internacional, no caso, acabaria sendo vista como ausência de raízes. Para o herdeiro, o cosmopolitismo é visto como um estigma.

Por outro lado, para aqueles que não têm as mesmas conexões simbólicas com locais de origem como base para a formação de redes eleitorais, a idéia de internacionalização se inverte, tornando-se trunfo para acumulação de capital político, em especial no momento das transformações no sistema político e no aparato estatal, como o ocorrido a partir dos meados dos anos 60. Tais transformações servirão de justificativa para o início da inserção de pretendentes à carreira política no circuito científico internacional. Melhor dizendo, a modernização no período militar inaugurou novos canais de acesso aos postos políticos, em especial os cargos na área econômica, trazendo o peso da legitimidade científica para o processo decisório.

Em Minas, o crescimento dos técnicos políticos tornou-se mais evidente na administração de Israel Pinheiro (1965-1970), que inaugurou o “planejamento científico” no Governo de Minas Gerais. Como seu pai, João Pinheiro – o positivista presidente de Minas dos anos 1906-1908 –, no afã de promover o desenvolvimento

econômico do Estado, Israel convidou muitos técnicos para o governo. E muitos deles foram recrutados entre determinados filhos da oligarquia que, regularmente, desde o Governo Valadares, passando pelo governo Kubitschek, vinham redefinindo o saber necessário à política dentro das secretarias e agências de governo. Para Hagopian (1986), essa peculiar gestão familiar do serviço público é o que explica por que, contrariamente ao acontecido em São Paulo, a transferência de poder nos cargos públicos em Minas Gerais, dos políticos para os técnicos, foi menos abrupta. Em Minas, “em meados da década de 1970, as elites políticas tradicionais e os tecnocratas ‘compartilharam’ o estado” (p. 192). Na verdade, até mesmo o mais importante posto político, o de governador do Estado, foi escolhido pelo governo militar dentro da oligarquia.

O fato pode nos dar uma idéia de como a virtuosidade política dada pelo grupo familiar de origem ou pela aprendizagem nas secretarias de Estado de Minas Gerais – que funcionavam também no modelo da organização familiar – pode se transformar em aprendizagem racional, sem que uma substitua a outra. Maria Arminda Arruda (1989) chama a atenção para esse aspecto contraditório quando compara o projeto de criação dos primeiros cursos superiores de ciências políticas e econômicas em Minas Gerais e em São Paulo. Lembra-se que a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, em 1941, contou com a participação do empresariado financeiro mineiro e representantes das associações patronais (Federação das Indústrias e Comércio), tendo como figura central o banqueiro Ivon Leite de Magalhães Pinto¹⁰, e um corpo de professores de nomes conhecidos nacionalmente, como Lucas Lopes e José de Magalhães Pinto. Em São Paulo, diferentemente, a iniciativa de se criar uma escola superior de economia se deu no quadro das orientações que presidiram o projeto da Universidade de São Paulo, isto é, voltada para a Faculdade de Filosofia e com ênfase na orientação jurídica e no caráter de complementação cultural (LIMONGI, 1988), passando a ser procurada por jovens sem condição econômica para frequentar a prestigiosa escola de Direito do largo São Francisco ou a Politécnica, ambas da USP (LOUREIRO, 1997, p. 37). A própria Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, ligada a Roberto Simonsen, não tinha a economia nem o serviço do Estado como centro catalisador¹¹. Já na Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, o objetivo era formar economistas voltados para a macro-economia. Os formandos em Sociologia e Política e em Administração Pública eram orientados “no sentido de assessorar o governo” (ARRUDA, 1989, p. 254). Esse programa, deslocado da realidade agrária da economia mineira,

¹⁰ Ivon de Magalhães Pinto era membro de duas das vinte e sete famílias governamentais citadas por Rebelo Horta (1956: 82): os Monteiro de Barros e os Leite de Magalhães Pinto que se cruzaram na Zona da Mata de Minas Gerais. Seu pai era homem do Ministério Público.

¹¹ No “Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo”, OESP, 17/05/1933, a escola é justificada pela “falta que fazia uma elite numerosa e organizada, instruída sobre os métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos”.

estava, entretanto, de acordo com os planos políticos de formação de um profissional que se tornava necessário no plano nacional numa época em que Getúlio consolidava as bases do Estado Nacional e os primeiros passos para um planejamento da economia. O fato é melhor explicitado pelo cientista político Bolivar Lamounier, ex-aluno dessa escola:

“Eu me lembro de ter lido uma vez a oração que Oliveira Vianna faria na abertura da Escola de Sociologia e Política de São Paulo [...] É interessante que ele dizia ali um pouco ingenuamente, pois ele era excessivamente tecnocrático [...] ele imaginava uma escola que, na verdade, se realizou em Minas. Quer dizer, uma escola para formar pessoas que vão pensar os problemas do governo [...] Ninguém tinha dúvida de que naquela faculdade estavam se formando os técnicos futuros do Governo do Estado. E isto de fato aconteceu [...] Eu, por exemplo, tive como professor de política Econômica o Fernando Reis, que se tornaria, posteriormente, figura poderosa do estado, presidente da Cia. Vale do Rio Doce, diretor de empresas estatais” (ARRUDA, 1989, p. 254).

Em Minas, tratava-se, positivamente, de formar profissionais bem adestrados, com intimidade com os problemas da gestão pública e privada. A montagem da estrutura arrojada da escola se completou com o sistema de bolsas de estudo, que contemplava os melhores alunos, selecionados após provas seletivas, e pela obtenção do tempo integral para os professores. Nas palavras do diretor Ivon de Magalhães Pinto:

[...] cumpria que a faculdade passasse a diplomar elementos mais capacitados, para serem utilizados pela própria escola nas atividades didáticas e técnico-científicas e ainda para atender as necessidades do mercado profissional. Daí a idéia do regime de tempo integral de estudos para alunos, mediante o sistema de bolsas de estudos (ARRUDA, 1989, p. 258).

Não é surpreendente constatar que Edmar Bacha tenha feito graduação nessa escola criada pelo pai de um futuro colega na PUC do Rio de Janeiro, o Prof. Francisco Lopes. Ambos, após terminarem o curso de economia, usufruíram um dos efeitos da modernização do país, que foi a instalação dos programas de pós-graduação no exterior, que passou a dar legitimidade política a alguns indivíduos que, como eles, com respaldo anterior em redes políticas brasileiras, puderam se inserir no circuito internacional dos diplomas para acesso ao campo político.

Esse foi o caso dos economistas citados acima e de um outro herdeiro, André Lara Rezende. Os três não eram herdeiros de um patrimônio eleitoral, mas de um estilo de político mineiro inaugurado em Minas pelo bisavô de Lara, João Pinheiro, seguido por Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro. O objetivo deles não era o trabalho parlamentar – nenhum desses três se sobressaiu nesta área – e sim atuar como planejadores e executores de políticas econômica-financeira de um Estado modernizador.

O ponto de encontro desses políticos-técnicos de Minas situava-se nas Secretarias de Benedito Valadares, nos anos 1930, e na Cia. do Vale do Rio Doce, nos

anos 1940, de onde saíram as afinidades eletivas que vão também unir seus descendentes na PUC do Rio de Janeiro e em Harvard. As redes montadas pelos técnicos políticos de Minas, tanto no Brasil como no Exterior, nos anos 40 e 50, e as práticas adquiridas na participação nas Comissões Mistas Brasil-Estados Unidos durante o Governo Getúlio Vargas, não passaram em branco para seus descendentes. Isso pode ser visto com a criação do departamento de Pós-graduação em Economia da PUC¹², grande parte sob a responsabilidade de Francisco Lopes e Edmar Bacha, cujo pai e tio já haviam participado da criação da faculdade de Economia de Minas. Não se pode esquecer, também, a desenvoltura com que Lara Resende apresenta, com trinta e três anos de idade, o seu artigo brasileiro na reunião do Fundo Monetário Internacional, em 1984 (SARDEMBERG, 1987, p. 42-46). O respaldo dado pelos meios financeiros e acadêmicos internacionais a ele e aos planos elaborados por ele, seus professores, além de Pérsio Arida, tiveram a ver com a competência do trabalho, mas a visibilidade na imprensa e a decorrente aplicação se devem a redes anteriormente estabelecidas e a autoridade e credibilidade interiorizada por esses herdeiros técnicos-políticos na explicitação de seu trabalho no circuito científico internacional, permitindo-lhes reforçar a diferença em relação a outros grupos políticos e econômicos.

Assim, o efeito do diploma adquirido pelos herdeiros mineiros foi muito desigual e dependeu da posição de cada um deles nesse campo, mais precisamente, da distância ou proximidade com uma experiência política de gerações anteriores em assessorar o governo no plano nacional.

Já os diplomas de doutorado dos filhos mais novos de famílias de imigrantes enriquecidos na indústria, como Eduardo Matarazzo Suplicy, serviram para que eles agissem na política de maneira mais externa. A pós-graduação nos Estados Unidos foi útil para Suplicy adquirir espaço num partido político nascente, como o PT, aí se integrando como conselheiro, a partir de estudos realizados sobre controle de preços e salários.

Militantes estudantis exilados em 1964, filhos de pequenos comerciantes de bairros de imigrantes, como José Serra, tiveram, com a política de bolsas de agências internacionais, a oportunidade de fazer investimentos escolares que não eram compreendidos pela geração de seus pais. Com apoio de movimentos de esquerda na América Latina, em especial da ala católica (era da AP), Serra, por exemplo, ganhou a possibilidade de fazer rupturas e reconversões sociais importantes e a chance de ingressar na política, via redes políticas de Franco Montoro ligadas à Igreja Católica (quadro 5), que o nomeou Secretário do Planejamento do Estado de São Paulo durante seu governo pré-abertura. De conselheiro, poder-se-ia talvez dizer, ele se tornou herdeiro de Montoro e de sua democracia cristã.

¹² Loureiro (1997, p. 74) analisa os cursos da pós-graduação da PUC dando ênfase à modelização matemática e constituindo-se no pólo mais internacionalizado das universidades brasileiras. Seus professores participam mais intensamente que os demais do circuito internacional e em agências econômicas internacionais, como o FMI, o Banco Mundial etc.

Este duplo movimento, perder algo e ganhar a possibilidade de fazer rupturas a partir da adversidade, como José Serra, foi o mesmo a levar Fernando Henrique à sua trajetória política de sucesso após o exílio – no qual acumulou um capital científico ímpar nas instituições acadêmicas de ponta do Chile, França e Estados Unidos. Após sua volta e ter perdido a cátedra de Ciências Políticas na USP com uma aposentadoria compulsória, o capital de relações acumulado no exílio ajudou-o a criar o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), financiado pela Fundação Ford. E o aproximou da área empresarial, via encomendas de pesquisa. Mas ele próprio não deixa de reconhecer que seu sucesso político não se deve somente aos esforços despendidos em sua formação acadêmica e ao acúmulo das relações. “Fui socializado, treinado nesse ambiente de revisão permanente dos fatos políticos, e muitas vezes em oposição ao governo” (TOLEDO, 1998, p. 340). Isto é, um treinamento político na família, que o aproximou de Ulisses Guimarães, no momento em que este procurava outras alianças capazes de legitimar a campanha das Diretas Já e o fortalecimento do PMDB. De menino que escutava as discussões e as histórias políticas da família e de intelectual que aprendeu a “anotar com paciência, perguntar, perguntar de novo” (TOLEDO, 1998, p. 343), passou, com a rede já montada por Ulisses, a pensar e a atuar como um profissional que se tornava necessário no plano nacional, escrevendo o novo programa das oposições, o MDB (GARCIA, 2003, p. 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: HERANÇA NA POLÍTICA OU TRANSMISSÃO?

O que esta pesquisa deixou até agora como saldo é o sentido do trabalho coletivo do político articulado em redes. Pensar nessas redes implica um mergulho não só nas estratégias de educação, mas, principalmente, no significado de uma herança em política.

O caso de Lula é exemplar para uma discussão desse quilate. Não recebeu uma educação escolar e não foi socializado em uma tradição familiar de políticos. Sua possibilidade de arranque lhe veio de um capital político acumulado em movimentos sindicais operários e um momento político favorável às alianças e articulações, o mesmo momento aproveitado por Fernando Henrique junto à oposição liberal. Mas, diferentemente de um herdeiro como Fernando Henrique, Lula, só dispondo de um capital político militante, articulou-se com outros militantes, seja de partidos de esquerda, sindicalistas ou universitários, para criar o PT.

A narrativa de um socialista histórico, Antonio Candido, sobre a fundação do PT em 1980 no Colégio Sion mostra bem toda uma esquerda militante brasileira que recolhia seu espólio para investi-la em algo:

Não hesitei em ir à reunião histórica do Colégio Sion, em fevereiro de 1980, na qual me sentei ao lado de um antigo companheiro do Partido Socialista, Paulo Singer, vendo que lá estavam também outros companheiros mais velhos, como Lélia Abramo, Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, que

receberam grandes aplausos. Lembro que chamou minha atenção um sinal dos tempos: a presença de pessoas originárias de opções ideológicas que alguns anos atrás se hostilizavam, por vezes com grande aspereza: stalinistas, trotskistas, socialistas democráticos. Ao vê-los reunidos em coexistência pacífica, como quem partilha de convicções comuns, percebi que estava começando uma era diferente na história da esquerda brasileira” (MELLO E SOUZA, 2000, p. 1).

Nessa reunião cumpria-se uma formalidade indispensável, de acordo com a Lei nº 6.767, que modificou os dispositivos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1971. Para que o registro da nova agremiação se tornasse possível, haveria necessidade de um manifesto, com um mínimo de 101 assinaturas, expressando os objetivos e as linhas fundamentais de pensamento que deveriam ser a base da proposta do partido. Entretanto, a mesa que dirigiu os trabalhos¹³, com a presença de Lula, o número de pessoas que compareceu (uma média de 700) e as seis primeiras pessoas que assinaram o trabalho, representantes históricos dos partidos de esquerda¹⁴, demonstram que Lula se tornou um político, não somente porque era um sindicalista, mas porque ele foi, à sua maneira, um herdeiro também. Não de uma oligarquia, mas foi herdado pela esquerda brasileira, que o herdou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel (Coords.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ARRUDA, Maria Arminda. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELLI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989.
- ATA DA REUNIÃO NO COLÉGIO SION: 10/02/80. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1989.
- CANÊDO, Leticia. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. *Cadernos Cedes*, n. 42, 1997.

¹³ A mesa que dirigiu os trabalhos estava formada por Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (Presidente); Henrique Santillo, Senador de Goiás (Secretário); Henos Amorina, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; Wagner Benevides, dirigente sindical de Minas Gerais; José Cicote, dirigente sindical de Santo André; Paulo Skromov, do Sindicato dos Coureiros de São Paulo; Luiz Inácio Lula da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; Olfvio Dutra, líder bancário do Rio Grande do Sul; Édson Khair, Deputado Federal do Rio de Janeiro; Manuel da Conceição, líder camponês do Nordeste; Arnóbio Vieira da Silva, líder popular de Itanhaém; Lourin Martinho dos Santos, da construção civil do Rio Grande do Sul. (ATA DA REUNIÃO NO COLÉGIO SION – 10/02/80). Agradeço à Afrânio Garcia a sugestão de procurar este manifesto.

¹⁴ Os seis primeiros signatários do manifesto eram: Mário Pedrosa (da ala trotskista); Manoel da Conceição (líder camponês); Sérgio Buarque de Holanda (da ala socialista); Lélia Abramo, (da ala anarquista); Apolônio de Carvalho (Partido Comunista); Moacir Gadoti, (ala da pastoral da Igreja Católica).

_____. Estratégias familiares na construção social de uma qualificação política. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 1, p. 221-246, 1991.

_____. Camiños de la memoria: parentesco y poder. *Historia y Fuente Oral, Barcelona*, n. 12, p. 91/115, 1994.

_____. Metáforas do parentesco e a duração em política. *Textos de História*, UnB, v. 3, n. 1, 1995.

_____. La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas Gerais brésilien. *Genèses*, v. 31, n. 4-28, 1998.

_____. Ryttes symboles et allégories dans l'exercice professionnel de la politique. *Information sur les Sciences Sociales*, v. 38, n. 2, p. 249-271, 1999.

_____. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política. *Pró-Posições*, v. 13, n.3(39), 2002.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado::processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. *Rev. Bras Ci. Soc.*, v.15, n. 43, 2000.

DOGAN, Mattei. Les professions propices à carrière politique. In: OFFERLÉ, Michel (Org.). *La profession politique XIX-XX siècles*. Paris: Berlin, 1999.

GARCIA, Afranio. Une noblesse républicaine: Fernando Henrique Cardoso et la sociologie au Brésil. Paris : Université Paris VII, 2003.

GAXIE, Daniel. *La démocratie représentative*. Paris: Montchrestien, 1993.

GEDDES, Barbara. *Politician's dilemma: building state capacity in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1994. .

GOUVEA, Gilda Portugal. Burocracia e elites burocráticas no Brasil. São Paulo: Paulicéia, 1994.

HAGOPIAN, Frances. The Politics of Oligarchy: The Persistence of Traditional elites in Contemporary Brazil. 1986. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology,

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais em Minas Gerais. *SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS*, 2., Belo Horizonte, UFMG, 1956.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1988.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 14, n. 41, out. 1999.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. Lembranças PT. Especial PT 20 anos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MONTEIRO, Norma de Goes (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

MONTORO, Franco. *Memórias em linha reta*. São Paulo: SENAC, 2000.

PAICHELER, Geneviève. *L'invention de la psychologie moderne*. Paris: L'Harmattan, 1992.

RODRIGUES, Leôncio M. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SARDENBERG, Carlos Alberto. *Aventura e agonia, nos bastidores do plano cruzado*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VAZ, Alisson Mascarenhas. *Israel, uma vida para a História*. S.l.: Cia. Vale do Rio Doce, 1966.

Abstract: *Positions of power in Brazil are increasingly occupied by individuals with international experience at prestigious schools and by those who have built their careers with the benefit of knowledge obtained in international market. To understand the effects of this phenomenon on competition in a democratic context, this paper explores biographic data for 34 Brazilian politicians who held important elected positions in the central government (Congress and the Executive) during two key periods of restructuring in Brazilian politics (1945/1964 and 1984/2002). The paper analyses the social resources and types of academic knowledge that these politicians used to maintain and advance their careers. The politicians are evaluated in the context of the advantageous and unequal opportunities that they benefited from at the beginning of their carries, and which contributed to their success and staying power in the unstable field of politics.*

Keywords: *Transmission of power, political occupation, political recruitment, political heritage, political apprenticeship.*